

SOUTH OF THE BORDER: NOTAS SOBRE A DEMOCRACIA NA AMÉRICA IBÉRICA

Cláudio VOUGA¹

*Si nada se repite igual
todas las cosas son últimas cosas
Si nada se repite igual
todas las cosas son también las primeras*
Roberto Juarroz

Introdução

A questão central que pretendo abordar é: por que hoje nos países da América Ibérica a democracia política está ameaçada ou em crise profunda e, por que as massas populares parecem de tal forma apáticas ante tais ameaças? Sobretudo, parecem atônitos diante dessa situação os homens e mulheres das gerações mais velhas que sofreram na luta pela democracia, de forma mais amena alguns, outros mais violenta, com o cerceamento das idéias ou do próprio corpo.

Ao longo da última década e meia, essa democracia que vemos ameaçada tem se mostrado extremamente injusta para com essas mesmas massas. A situação de miséria é estagnante na melhor das hipóteses e, na maioria dos casos, não fez senão piorar. Em qualquer hipótese aumentou muito a distância social entre *los que mandan* y *los de abajo*.

Tentarei desenvolver dois argumentos que espero demonstrar convergentes: o primeiro é o de que a democracia tem que ser pensada em situação, isto é, no seu contexto. Ou seja, a democracia não pode ser apenas um jogo formal que se passa nas nuvens etéreas da Ciência Política. Se a democracia não diz respeito diretamente a conteúdos, como nos ensina mestre Bobbio, a eles entretanto não pode ficar totalmente alheia, sobretudo se os conteúdos resultantes do jogo democrático desembocam na fome, sofrimento e humilhação de milhões de seres humanos.

¹ Departamento de Ciência Política – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP – 05508-900 – São Paulo – SP

Acredito que a democracia, para ter uma implantação profunda em nossas sociedades, tem de decorrer, como nos ensina o conde de Tocqueville, de nossas territórios, climas, costumes, leis, enfim das características peculiares as nossas subculturas nacionais onde sobressaem as raízes ibéricas comuns. Antes de tudo, a democracia, despida de conteúdos que seja, não pode admitir, como dizia o poeta, que “*nadie escupa sangre pa que otro viva mejor*.”²

O segundo é o argumento de que nessa *recherche* de nossa democracia a primeira coisa a ser jogada no lixo é o legado americano, isto é, dos Estados Unidos da América do Norte (EUAN). Afirmo, com ênfase, que a primeira e maior mazela política da América Ibérica nos últimos cento e cinquenta anos tem sido o regime presidencialista importado do referido país.

Lembrando o título do livro de Michelangelo Bovero (2002), onde aliás encontramos fortes argumentos contra o presidencialismo, se quisermos nos prevenir contra o governo dos piores precisamos em primeiro lugar e antes de mais nada nos colocar contra o regime presidencialista que, como vamos argumentar, longe de ser um paradigma é apenas um caso excepcional que apenas tem funcionado num lugar e em condições históricas bastante determinadas.

Adjetivar a democracia

Já se passam catorze anos da queda do muro de Berlim e doze do desmoronamento da União Soviética e cada vez mais os EUAN se comportam arrogantemente como potência hegemônica, impondo sua vontade particular, através de todos os meios (vide Afeganistão, Iraque, o silêncio cúmplice ante os desmandos de Ariel Sharon) que visam apenas ao enriquecimento sempre crescente de seus grupos econômicos, nos últimos tempos àqueles que apoiaram o Bush júnior na sua campanha. Talvez estejamos evoluindo para o Império onde as nações importam menos, como querem Negri e Hardt. É certo, entretanto, que ainda vivemos a idade do imperialismo, embora não mais dos impérios no plural (HARDT, 2001)³.

Vamos percebendo, melhor hoje do que ontem, que a luta pela democracia não pode esgotar-se no formalismo apontado. Os mais ingênuos pensam que talvez, que por ser um valor universal, dele todos os demais decorreriam. Outros, não tão ingênuos, defendem, como defendiam durante as ditaduras militares, dever ser o objetivo único das lutas políticas. Entretanto, na América Ibérica a luta pela democracia, sem que se fosse um passo além, significou estreitar por demais os limites das lutas populares,

² O verso é de Atahualpa Yupanqui na canção *Preguntitas sobre Dios*.

³ No sentido de minha observação ver Atilio A. Boron, *Império e Imperialismo, una lectura crítica de Michael Hardt y Antonio Negri*, 2002.

deixando de lado a luta contra o imperialismo, o que correspondia perfeitamente aos interesses dos EUN. Em nossos países regimes democráticos foram derrubados por inspiração norte americana. As ditaduras militares que os sucederam, cumprido o seu ciclo, foram substituídas por regimes de democracia formal, ainda uma vez por influência norte americana. É claro que, sobretudo nos países mais importantes, a dinâmica interna das sociedades tem um papel fundamental, fica entretanto a sensação de que a luta pela democracia foi apenas um ato do teatro da política de potência norte americana, teatro em que nós éramos os fantoches e eles os manipuladores. Porque passadas suas fronteiras a única preocupação da nação do norte sempre foi a de enriquecer-se e armar-se, estando as duas coisas intimamente ligadas.

Os atentados às liberdades individuais que se tornaram possíveis depois do ataque às torres de Nova Iorque, sem que o mundo reagisse à altura, não o eram antes da queda do muro, no mundo bipolar do equilíbrio, quando a União Soviética era um adversário real, com um modelo de sociedade alternativa (monstruosa que fosse). Sobretudo com um exército, mísseis nucleares e submarinos atômicos e não como agora, essa quimera, esse terrorismo fantasmagórico, esse bando medieval de homens a cavalo que são os talibans, tão convenientes para a farsa do 11 de setembro de 2001.⁴

Depois de um breve período subsequente ao fim da URSS, a *belle époque* da globalização, quando o mundo pareceu cheio de esperanças, cedo veio a dureza sem precedentes da nova exploração por parte do imperialismo yanque. Imperialismo de novos tempos é claro, para o qual o sistema financeiro internacional é mais adequado do que as velhas companhias bananeiras e onde o velho Foster Dulles pareceria um menino de coro de igreja diante dos homens que dominam o Partido Republicano atual.

No antigo mundo bipolar, onde o poder americano era balanceado pela potência soviética e sua ideologia, tentadora para o que então se chamava terceiro mundo, às vezes havia ajuda aos países pobres em nome da solidariedade democrática para que não cedessem à tentação bolchevique. Tudo isso, porém, terminou. Sem o fantasma do comunismo internacional, a solidariedade deixou de pagar dividendos e a única linguagem que passou a ser falada foi a linguagem do *business*, cujas regras cada vez mais passaram a ser estabelecidas unilateralmente nos escritórios da potência imperial.

Quando do macartismo a democracia terminou por vencer porque era vendida como o valor da América e os países eram induzidos a adotar esse valor, para com-

⁴ Verificar a instigante argumentação desenvolvida por Osvald Le Winter em seu livro *Desmantelando a América*, 2001, sobretudo “11 de setembro de 2001. Problemas com a Versão Oficial”, p. 103-12 e “Bush Beneficiou com as Bombas Voadoras?”, p. 127-30.

bater o socialismo identificado com a forma soviética do totalitarismo. Hoje, sem adversário, sem modelo alternativo de sociedade, o mercado parece fazer parte da natureza. Porém o mercado nada mais é do que o sistema das mercadorias que, como bem mostrou Marx em texto clássico (MARX, 1959), não fazem parte do mundo natural, mas são uma relação social de dominação.

As aparências não mais enganam. A máscara caiu e o governo de Bush Jr. pode simplesmente, de forma aberta, convocar os cidadãos a delatar e espionar. As fronteiras do Império estão fechadas para aqueles de pele mais escura e a garantia dos direitos humanos só vale para justificar invasões ou golpes de estado.

Urge que nós da América Ibérica percebamos claramente que o desencanto que vai se apoderando dos povos de nossos países não é o desencanto com a democracia, como se os regimes militares tivessem sido melhores ou indiferentes. Ditaduras militares que assassinaram nossos compatriotas e arrasaram nossos países por inspiração dos do norte, que treinaram os torturadores, equiparam as polícias e exércitos para realizar a repressão interna. Não, não é o desencanto com a democracia que assistimos nesse inverno de nosso descontentamento, mas sim com a democracia de modelo americano do norte, plutocrática e antisocial.

As democracias transplantadas, como já mostrou Tocqueville, estão fadadas ao fracasso. As democracias que na América Ibérica podem medrar são aquelas que estiverem de acordo com nossos territórios e clima, com nossas tradições, com nossos costumes, com nossas leis, com nossa cultura e não com princípios ou regras formais que os ianques querem nos impor mas não as seguem eles próprios, vistas as fraudes eleitorais em inúmeros condados da Flórida em favor de Bush, perpetradas pelo governo de seu irmão e que terminaram por garantir sua vitória (LE WINTER, 2001, p.69-102).

É a democracia dos povos ibéricos em suas variantes espanhola e portuguesa que queremos e nos esforçaremos por desenvolver. Por mais que estudiosos ianques, na verdade muitos deles agentes disfarçados da CIA ou outros organismos de inteligência, tentem nos fazer acreditar o contrário, a tradição ibérica não é apenas o mandonismo, a arbitrariedade, as sociedades escravocratas e exploradoras, o caudilhismo, o autoritarismo implantado ou internalizado nas classes dominantes ociosas. Tudo isso faz parte de nossa herança e a lembrança das ditaduras militares é recente e viva na carne de alguns de nós para que pudéssemos esquecer. Sim, esse é um lado de nossa tradição.

É claro que as escolas do Panamá e da Virgínia, onde os repressores e torturadores de *nuestramerica* eram treinados e doutrinados por funcionários do governo ianque, civis e militares, têm parte importante em toda essa história recente. Aliás, nunca é demais lembrar, e devemos repeti-lo sempre, que vários desses espe-

cialistas em América Latina que doutrinavam policiais e militares, vários destes, com nome e sobrenome, hoje andam por aí realizando palestras e conferências, até mesmo em nossas universidades, se pavoneando como especialistas para nos ensinar a democracia.⁵

E também mais, há os ianques de mãos limpas que nunca iriam se imiscuir com o horror do assassinato e da tortura, os que na luta contra o comunismo apenas compraram, subornaram, mimosearam intelectuais⁶, institutos de pesquisa, donos de jornais, repórteres, lideranças sindicais ou estudantis, etc. Também esses têm algo a ver com esse lado de nossa história presente e passada. Afinal todas as mazelas apontadas não são apenas o fruto de nossas peculiaridades, mas também, ou sobretudo, da ação deliberada dos agentes do país amigo do norte.

Mas nossa tradição não é só o caudilhismo e o autoritarismo, e agora falo principalmente pensando no Brasil que conheço melhor, mas tenho a certeza de que exemplos iguais ou semelhantes podem ser encontrados ao longo da América de língua castelhana, do Rio Grande à Terra do Fogo, passando pelo Caribe, Amazônia e Andes, de tal forma que não temo generalizar. Nossa tradição é também o autogoverno e a sólida organização da sociedade civil, infelizmente desconhecidas do conde de Tocqueville (VOUGA, 2002) que se impressionou com o exemplo muito mais pálido das *townships* da América Inglesa. Nossa tradição é a da solidariedade e da impor-

⁵ Um dos casos mais significativos terá sido o do sr. Lincoln Gordon, convidado pelo **PROGRAMA DE SEMINÁRIOS DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**, da Universidade de S. Paulo para, no passado dia 11 de novembro de 2002, realizar uma conferência sobre o tema: *Brasil e Estados Unidos: dos anos 60 ao século XXI*.

Apresentado no convite para o seminário como ex-Embaixador dos Estados Unidos no Brasil, certamente o sr. Gordon foi bem mais que isso. Não é um inocente *scholar*, trata-se de um dos conspiradores que em 1964, derrubaram, através de golpe de Estado, o governo constitucional brasileiro. Mas há pior.

No livro que esteve lançando no Brasil quando dessa sua visita, o sr. Gordon transcreve telegrama por ele enviado ao governo de seu país em março de 1964 onde entre outras coisas afirma: "Dada a absoluta incerteza a respeito do momento em que pode ocorrer um incidente detonador (poderia ser amanhã ou qualquer outro dia), recomendamos: a) que se tomem o quanto antes medidas para preparar um fornecimento clandestino de armas que não sejam de origem norte-americana, para os que apóiam Castelo Branco em São Paulo, logo que se saiba quais são essas necessidades, e os arranjos ocorram. Hoje nos parece que o melhor meio de fornecimento é um submarino sem marcas de identificação, com desembarque noturno em locais isolados do litoral, no Estado de São Paulo, ao sul de Santos, provavelmente perto de Iguape ou Cananéia; b) isso deveria ser acompanhado pela disponibilidade de POL (bruto, acondicionado, ou ambas as formas podem ser necessárias), evitando também identificação do governo dos Estados Unidos, e os fornecimentos deveriam aguardar o início das hostilidades ativas. Providências nesse sentido (Dentel 13281) deverão ser tomadas imediatamente" (<http://www.estado.estadao.com.br/editorias/2002/11/10/cad036.html>)

Tal ação, incitando explicitamente seu país a desrespeitar os acordos de Genebra, não faz parte das atribuições de um embaixador, caracteriza, isto sim, o sr. Gordon como um criminoso de guerra. E foi este criminoso de guerra que foi convidado para proferir uma conferência na maior universidade brasileira com todas as honras acadêmicas.

⁶ Elucidativo no sentido de como os EUAN manipulam os intelectuais em vista de seus propósitos é o livro de Frances Stoner Saunders *La CIA y la guerra fría cultural*, 2001.

tância da comunidade, vindas não só do catolicismo de nossos antepassados portugueses e espanhóis, mas também das culturas africanas e indígenas, mais umas ou outras, dependendo das regiões por onde foram filtradas, e que hoje fazem parte do patrimônio dos povos que constituem *nuestramerica*.

Sim, conhecemos fartamente as características negativas do mundo ibérico e de sua colonização em nossas terras. Historiadores, economistas e cientistas sociais com a perspectiva do Império nos lembram a cada momento estes traços para que permaneçamos em nossa inferioridade mirando-nos no espelho mágico que sempre nos diz que há alguém, muito ao norte, mais belo, mais inteligente, mais bem sucedido, mais rico, com mais aviões bombardeiros, mais navios de guerra do que nós e também mísseis intercontinentais com ogivas nucleares, se preciso for.

Tempo é de pensarmos nossas qualidades, nossos pontos positivos. Pensemos, por exemplo, na consciência da diversidade e sua ineluctabilidade que é uma das características de nosso mundo ibérico. Um mundo onde o Outro sempre foi uma presença constante, fosse em tempos como dominador, ou em outros, como derrotado, porém vivendo ao lado: mouros, marranos, cristãos novos, cristãos velhos e pouco a pouco todos os povos com os quais entraram em contato na expansão marítima e a mescla dos homens e das mulheres e de seus descendentes. Depois a América.

Certamente os portugueses e espanhóis do século XVI e XVII consideravam os indígenas americanos como seres inferiores, mas foi a partir das relações que se iam estabelecendo, do trabalho apostólico dos jesuítas, dos escritos de Bartolomeu de las Casas, capaz de fazer a crítica da maneira bárbara como se fazia o contato, bem como das obras de Suarez, Vitória, Marianna, teóricos às vezes deixados incompreensivelmente à sombra, que a própria noção moderna de contrato social e a de direitos do homem iriam surgir. Também é da ação desses homens nas terras da América e da miscigenação de seu sangue com o sangue desse Outro irreduzível que levou o Ocidente a elaborar a categoria **homem**. E dessa ação e desse pensamento vão surgir os nossos povos. Depois africanos e muitos outros europeus e homens de outros lugares do mundo virão juntar a sua à nossa voz.

Dessa consciência, que depois se torna respeito pela diversidade, vai derivar àquela que é a característica a partir de onde, com as diferenças e particularidades dos diversos quadrantes nossos, devemos começar a pensar a democracia que nos convém. Refiro-me ao solidarismo comunitário de nossas raízes ibéricas que nos trazem o que de melhor nos legaram a organização medieval e o catolicismo, e que vêm dar em nossos dias, por exemplo, na teologia da libertação ou no MST, movimento dos trabalhadores sem terra brasileiro, bem como tantas e variadas formas de cooperação entre camponeses, vizinhos ou moradores em todos os nossos países.

No que se refere aos aspectos mais gerais da organização política, positivos ou negativos e, como sabemos bem, freqüentemente muito negativos, é nas experiências da Revolução mexicana e da Revolução cubana, dos governos Vargas, de Perón, nas idéias de Bolívar, José Bonifácio, San Martín, José Martí, Sarmiento, Haya de la Torre, Mariátegui, Gilberto Freyre, Guevara, para só citar alguns casos e personagens, que devemos procurar elementos que sirvam para pensar que democracias serão as nossas e não no legado dos Fujimori, dos de La Rúa, dos Cardoso (refiro-me ao presidente, não ao sociólogo). É na inventividade popular e em suas elites orgânicas que precisamos procurar as raízes de nossas democracias e das instituições que nos convêm.

A monstruosidade do nacional socialismo alemão, a arbitrariedade e truculência do fascismo italiano, os crimes do socialismo soviético como que congelaram a forma de democracia delegativa dos EUN como se, mais do que da história, tivesse sido o fim da política. Todas as nações, todos os povos deveriam ter instituições semelhantes. As velhas nações derrotadas na guerra, Japão, Alemanha souberam de alguma forma defender-se pela preservação de instituições: o imperador, o parlamento e seu chanceler, retomando uma tradição brutalmente interrompida.

Nós da América Ibérica, mesmo quando oprimidos pelas ditaduras mais bárbaras, formalmente, pouco nos afastamos do presidencialismo imposto pelo modelo americano ao qual parecemos condenados para todo o sempre. Vamos procurar em todas as partes instituições que nos convenham, sem medos sem tabus. Porque, não há vacas sagradas, não há sagrado, o sagrado só interessa àqueles que nos dominam, vamos pensar e inventar livremente o modelo político que para nós seja o mais adequado.

O tio da América⁷

Surgida ainda sob o impacto da Revolução Inglesa de 1640 e da forte reação que se seguiu culminando na Revolução Gloriosa de 1688, a menos de cem anos de

⁷ Alusão ao filme de Alain Resnais *Mon Oncle d'Amérique* onde são ilustradas as teses de Henri Laborit, neurobiólogo francês, segundo as quais as reações dos indivíduos se devem a pulsões primárias e o comportamento social é sempre consequência de mecanismos enzimáticos e bioquímicos.

Laborit denuncia a maneira pela qual a civilização capitalista estabelece e reforça a competição pelo individualismo; inteiramente dominado pela produção e posse de mercadorias o indivíduo procura o seu lugar na hierarquia social ofuscado pela dominação dos outros.

O tio da América, *L'Oncle d'Amérique*, de onde Resnais tirou o nome de seu filme, é um jogo de sociedade (tipo Banco Imobiliário) onde um personagem, o tio da América, é praticamente dono de uma cidade e, sobretudo, do jornal da cidade o Notícias da Tarde, *Les Nouvelles du Soir*, onde são publicadas dicas sobre a compra e venda de ações. Ganha o jogo quem primeiro acumular 50 mil dólares, como se vê é um jogo da década de 40 do século XX.

seu término, e motivada imediatamente pela tentativa da Inglaterra de exercer um poder de metrópole que não mais possuía, a Revolução Americana e seus pensadores-fundadores, longe de representarem o primeiro acontecimento político do mundo moderno e a reflexão sobre esse mundo, é na verdade um dos últimos episódios das lutas políticas do Antigo Regime.

Vou argumentar no sentido do arcaísmo do sistema político ianque sugerindo um exercício de explicação alternativa e não pura e simplesmente de substituição de uma explicação parcial, por outra igualmente limitada, tal como afirma Weber no final de *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Para ser totalmente explícito, a proposição vai no sentido de pensar os EUAN não como o primeiro país moderno, como eles próprios gostam de apreçoar, mas como o último arranjo institucional com os restos do absolutismo, tendo como objetivo frear as pretensões da burguesia revolucionária em ascensão, como bem emblematiza a trajetória pessoal e intelectual de Thomas Paine, desde a agitação, passando pela guerra de independência e culminando com o país constituído e normatizado.

As colônias inglesas que viriam a dar origem ao país do norte não tinham uma aristocracia ou uma camada aristocrática que garantisse com seus privilégios a não opressão por parte de um déspota, segundo a teoria de Montesquieu em *O Espírito das Leis*. A aristocracia capaz de garantir a liberdade no Antigo Regime ou depois a cultura aristocrática capaz de realizar o mesmo papel, como acontecia na Europa mesmo depois da Revolução Francesa.

Sem essa garantia da aristocracia e sua cultura, os pensadores da independência americana ou não eram capazes de pensar plenamente o mundo contemporâneo, onde o processo de industrialização já adquiria uma importância crescente, refugiando-se no bucolismo escravocrata como Jefferson, *gourmet*, arquiteto, apreciador de vinhos e de jovens escravas, ou então, e foram estes que deram forma ao país, cercavam-se de cuidados para se defenderem do povo, déspota majoritário potencial, agindo sempre para que a sua participação fosse mínima, apenas o suficiente para fazer funcionar o sistema. Sistema organizado para que a representação popular fosse sempre tolhida pelo correspondente ao monarca absoluto – a Presidência – a serviço do dinheiro, único princípio estratificador existente, configurando, aí sim, a primeira plutocracia moderna.

Muito elucidativa nesse sentido é a leitura dos *Papéis Federalistas*, tanto daqueles cuja autoria é atribuída a Hamilton, que chegou num primeiro momento a pensar que os proprietários de terras deveriam constituir um corpo aristocrático como a aristocracia inglesa, como também os de Madison, cujo argumento terminou por ser vencedor e no modelo político que se constituiu uma aristocracia mostrou-se desnecessária.

Na Inglaterra, depois da revolução de 88, o rei, apesar de despido de poderes absolutos, funcionava como garantia de que setores mais radicais da burguesia, partidários do parlamento, não pusessem em risco o arranjo institucional. No caso americano, onde cedo foi descartada a solução monárquica, o governo parlamentar apareceria como natural. Porém, não foi o que se deu, pois a solução parlamentar parecia no mínimo conduzir à ditadura da maioria tão temida então. Sem uma câmara aristocrática capaz de através do mecanismo do veto garantir os direitos das minorias, como o advogado por Locke no *Segundo Tratado sobre o Governo Civil*, caberia à Presidência esse papel.

Todo o modelo engenhosamente posto em prática a partir da Constituição norte americana e exposto nos *Papéis Federalistas* era o de uma participação restrita dos cidadãos onde o único momento de voto direto no nível federal era o da escolha do representante na Câmara Baixa. A eleição presidencial era fruto da escolha de um colégio eleitoral, como é até hoje. Também o Senado (no caso americano uma câmara onde os estados constituintes da União achavam-se representados em igualdade de condições independentemente de suas populações) era eleito indiretamente, situação essa modificada por emenda constitucional posterior, emenda número XVII, proposta em 1912 e adotada em 359 dias depois (CORWIN, 1986).

O terceiro poder da Constituição dos EUAN, a Corte Suprema, que muito cedo tornou-se o verdadeiro norteador das mudanças a médio e longo prazo, por meio do julgamento da constitucionalidade das leis, dependendo da Presidência e do Senado, também está totalmente afastado de qualquer tipo de controle direto por parte dos cidadãos.

Os países fundadores dos EUAN sabiam que ao quebrar os laços com a Inglaterra deixavam de ter a tradição como aliada na manutenção da ordem, por isso montaram um sistema de governo que sob a aparência de um governo popular era na verdade um sistema no qual os proprietários ricos jamais poderiam ter seu poder posto em questão. E a Presidência, que aparentemente seria o local de manifestação do princípio popular, pensemos na análise de Marx no *18 brumário de Luís Bonaparte*, funcionava na verdade como um resquício absolutista garantindo que a câmara eleita por sufrágio direto se manteria bem comportada, como na Revolução Inglesa de 1688, sem passar pelos medos e percalços da Revolução de 1640.

Chamo mais uma vez a atenção para o fato de esse sistema idealizado pela Constituição americana do norte ser anterior à Revolução Francesa e a todas as profundas modificações que, subsequentemente na Europa, dela iriam advir. Esse sistema arcaico sobrevivente a todos os acontecimentos que se sucedem a Revolução, do Terror ao Império passando pelo Termidor e pelas Guerras Napoleônicas e a seu

desfecho com o Congresso de Viena, só foi possível graças ao isolamento proporcionado pelo oceano que separava as ex-colônias inglesas da Europa.

Os EUAN se constituirão, portanto, em um regime da época do absolutismo que tem como modelo político o compromisso da Revolução Inglesa de 1688. Compromisso entre o poder parlamentar e uma garantia última da ordem – a casa reinante e a câmara aristocrática. O sistema das ex-colônias ao contrário da Inglaterra não tem porém as vantagens de possuir uma casa reinante ou uma aristocracia que, como mostra Montesquieu, termina por defender a liberdade ao defender seus privilégios.

Esse modelo arcaico, esse conjunto de arranjos que serviam especialmente e tão somente às antigas colônias inglesas da América do Norte, por uma comédia de enganos, será o modelo de nossas repúblicas da América Ibérica. Esse modelo de participação restrita se tornará por um passe de mágica o modelo de governo popular apresentado como paradigma às repúblicas que vão surgindo do esfacelamento do império espanhol. Mas essas repúblicas já surgem depois da Revolução Francesa, depois das revoltas do Haiti e o presidente é visto como o condutor dos anseios de mudança dos cidadãos e não como o freio para esses anseios como no caso americano do norte, de onde as tensões permanentes entre um legislativo dominado pelos proprietários e um executivo eleito por voto direto que por vezes era o porta-voz carismático dos anseios de mudança *de los de abajo*. Ora o sistema não poderia realmente funcionar e mais de 150 anos de crise em nossos países o mostram sobejamente. Não é demais lembrar Tocqueville, mais uma vez, afinal na década de 30 do século XIX no seu livro *A Democracia na América*, ele já chamava a atenção para o caso do México para onde as instituições do vizinho do norte foram transplantadas e que vivia sob constante instabilidade política.

Não é por acaso que o regime político mais estável da América Ibérica ao longo do século XIX foi a monarquia parlamentar brasileira, pois nela o imperador era justamente o freio e o árbitro dos conflitos políticos, dentro de um quadro constitucional imaginado por Benjamin Constant (*Principes de politique*) onde aos três poderes vinha se juntar um quarto, *Napoleon oblige*. Na verdade eram cinco poderes arrolados, pois ele imagina o legislativo dividido em um poder representativo da opinião em uma câmara eletiva e um poder representativo da permanência (*durée*) em uma câmara hereditária, como sendo poderes diferentes. Mas o que nos interessa aqui é o *pouvoir royal*, um poder neutro, para Constant atributo do chefe de Estado, capaz de resolver os conflitos entre os poderes tradicionais. Esse poder neutro, *pouvoir royal*, passará à Carta Constitucional brasileira de 1824 como Poder Moderador e será, em grande parte, o responsável pela estabilidade institucional do Império do Brasil durante o Segundo Reinado.

Naturalmente, o sistema político norte americano sofreu uma série de modificações desde a elaboração, em 1787, da Constituição, consubstanciadas nas diversas emendas constitucionais: da carta de direitos, passando pelas emendas da Guerra de Secessão até a pitoresca emenda de número XVIII que proíbe a fabricação, venda ou transporte para fins de consumo de bebidas alcoólicas no território dos Estados Unidos, ou a emenda XXI que revoga a de número XVIII (CORWIN, 1986). Entretanto, o essencial de seu arcabouço institucional permanece o mesmo. Sistema arcaico, da época do absolutismo, o sistema político americano só funciona nas condições específicas do país para onde foi gerado.

Ao contrário, os sistemas parlamentares gerados e aperfeiçoados na Europa desde as revoluções contra o absolutismo e depois com as revoltas, revoluções e lutas populares ao longo dos séculos XIX e XX, são regimes capazes de dar conta da diversidade de onde maiorias e minorias são representadas e co-responsáveis. Para onde os regimes parlamentares europeus foram transplantados (Austrália, Canadá, Japão, Índia, Nova Zelândia, etc) mostraram ser capazes de dar conta das diversas realidades.

Final

Talvez a crise por que passam as nossas democracias possa nos conduzir a uma solução original e duradoura.

Em primeiro lugar acredito que o abandono do presidencialismo *à l'américaine* é a pré-condição para a reformulação de nossos regimes políticos, pois essa invenção da época do absolutismo, esse sistema arcaico de governo só tem funcionado no caso específico dos EUAN e mesmo assim, como pretendo ter apontado, na base de um engano fundamental tornado engodo por parte da plutocracia aí reinante.

Em segundo lugar, que da crise que ora atravessamos possa resultar uma democracia adjetivada, uma democracia com sotaque que, saindo de nossas tradições, seja profundamente arraigada na alma de nossos povos.

Isto dito, como afirmava Stuart Mill com relação aos males da liberdade de que só se os pode combater com mais liberdade, para a democracia e seus males também o único remédio é mais democracia: plebiscitos e referendos, assembléias de bairro e de quarteirão, comissões de moradores, comissões de fábrica de empresa e de outros locais de trabalho, corporações profissionais, enfim todos os mecanismos da democracia direta e participativa, algumas dessas estruturas provisórias outras permanentes, sem medo do povo que certamente estará sujeito a manipulações e

Cláudio Vouga

instrumentações por parte de partidos políticos, demagogos, corporações, corpos burocráticos ou quaisquer outros interesses agregados, todas, entretanto, menos nocivas do que hoje são o circo dos meios de comunicação de massa e os interesses do grande capital internacional .

Terminarei com alguns versos de Manuel Bandeira (1973, p.281), que diz da poesia o que poderíamos dizer da democracia, afinal em nossa época uma não vive sem a outra.

Abaixo os puristas
Todas as palavras sobretudo os barbarismos universais
Todas as construções sobretudo as sintaxes de exceção
Todos os ritmos sobretudo os inumeráveis

Referências

- BANDEIRA, M. **Estrela da vida inteira**. Rio de Janeiro: J Olympio, 1973.
- BORON, A. **Império e Imperialismo**: una lectura crítica de Michael Hardt y Antonio Negri. Buenos Aires: CLACSO, 2002.
- BOVERO, M. **Contra o governo dos piores**: uma gramática da democracia. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- CONSTANT, B. **Príncipes de politique**. Document extrait de la Base de Dones Textuelles. [http://gallica.bnf.fr/scripts/Consultation Tout.exe?0=88000&T](http://gallica.bnf.fr/scripts/ConsultationTout.exe?0=88000&T), 2002.
- CORWIN, E. S. **A constituição Norte-Americana e seu significado atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- HARDT, A. N. M. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- LE WINTER, O. **Desmantelando a América**. Lisboa: Europa-América, 2001.
- MARX, K. **Le Capital**. Paris: Editions Sociales, 1959.
- SAUDNERS, F. S. **La CIA y la Guerra Fria cultural**. Madrid: Debate, 2001.
- VOUGA, C. La democracia en el Suir de America: una vision de Tocquevillena. In: BARON y VITA. (Comp.). **Teoria y filosofia política**: la recuperación de los clásicos en el debate Latinoamericano. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

— ** —

RESUMO: O texto procura responder porque hoje a democracia política nos países da América Ibérica está ameaçada ou em crise profunda e porque as massas populares parecem de tal forma apáticas ante tais ameaças. Para isso, há o argumento que a democracia tem que ser pensada em situação, em contexto, e por outro lado, que a democracia de modelo americano do norte, plutocrática e antisocial deveria ser substituída pela democracia dos povos ibéricos.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia; América Ibérica; Tocqueville.

ABSTRACT: This paper presents the reasons why the political democracy in the Iberian American countries is under threat or in a deep crisis and why the popular masses seem to face these challenges with indifference. The argument is that democracy has to fit in the situation or the context and that the North American model of democracy should be substituted by the democracy of the Iberian people.

KEYWORDS: Democracy; Iberian America; Tocqueville.